

Demanda agregada, crescimento e emprego na economia brasileira: 1991-05

André Luis Contrí

Economista da FEE e Professor da PUCRS.

Resumo

No presente artigo, procuram-se identificar algumas tendências na trajetória de crescimento da economia brasileira, no período 1991-05, fazendo uso, essencialmente, dos indicadores do PIB trimestral. Busca-se focar esse agregado tanto pela ótica da demanda agregada como pela ótica da produção setorial. A partir das informações analisadas, observa-se que, no período em análise, a economia brasileira passou por um profundo ajuste, o qual tem priorizado o mercado externo em detrimento do mercado interno. Verifica-se ainda que o incremento na produção agrícola tem estado muito acima do da produção industrial e do do setor serviços. Tal padrão de crescimento tem apresentado problemas para uma maior absorção de emprego na economia brasileira. Conclui-se que a construção de uma sociedade mais igualitária do ponto de vista distributivo irá requerer que a política econômica passe a priorizar o mercado interno.

Palavras-chave

Economia brasileira; crescimento econômico; demanda agregada.

Abstract

This paper aims at identifying the tendencies in the path of growth of the Brazilian economy during the 1991-2005 period. It is based, essentially, on data of the quarterly GDP, which is analyzed from the point of view of the aggregate demand and of the sectoral production as well. The paper shows that the Brazilian economy has experienced a structural change, which has given priority to the foreign sector instead of the domestic economy. The data also reveal that the increase in the agricultural production has been greater than production in the manufacturing

industry and in services. Such pattern of growth fell short from creating a sufficient number of new jobs that could lead to a decline in the unemployment rate. Finally, the paper suggests that an improvement in the distribution of income will require that the economic policy prioritize the domestic economy.

Artigo recebido em 25 jul. 2005.

Introdução

Há mais de um século, os economistas identificaram na demanda uma dimensão essencial para o crescimento econômico. Apesar disso, foi somente com Keynes que a demanda passou a ser o pedestal sem o qual o crescimento econômico não se sustenta. A teoria econômica dominante até a década de 30 do século XX colocava na dotação de recursos de um país o seu potencial de crescimento. Ou seja, privilegiava essencialmente o lado da oferta. Após a contribuição keynesiana, o debate sobre as fontes do crescimento econômico ficou dividido entre os economistas que enfocavam o lado da oferta e os que priorizavam o lado da demanda de uma economia.

Numa economia aberta e com governo, a demanda agregada, como ficou consagrada pela macroeconomia do século XX, é composta por quatro componentes, a saber; consumo das famílias (C), investimento das empresas ou formação bruta de capital fixo (I), gastos do governo ou consumo da administração pública (G) e, finalmente, as exportações líquidas ($X - M$). A partir dessas variáveis, podem-se identificar duas fontes da demanda agregada, a primeira constituindo-se do setor externo ($X - M$), e a segunda consistindo na economia doméstica, ou, ainda, no mercado interno ($C + I + G$).

Quando se trata de estimular o crescimento econômico, ou de administrá-lo, é sobre um desses quatro componentes que o governo deve atuar. Ao longo dos anos de teorização em economia, esses quatro componentes foram recebendo tratamento diferenciado, segundo os diferentes paradigmas do pensamento econômico. Dentro da tradição keynesiana-kaleckiana, os investimentos receberam papel de destaque como fonte do crescimento econômico, por seu impacto multiplicador sobre a produção. Ainda segundo alguns economistas da escola pós-keynesiana, esse papel central recai sobre as exportações. Para os

economistas que enfocam o lado da oferta, a existência de poupança — a renda não consumida — é uma condição necessária para a realização de investimentos e, portanto, de crescimento do produto.

No que se refere à economia brasileira, as exportações têm tido um papel preponderante nos processos de ajustes, desde o início da década de 80. As exportações, nesse contexto, não se limitam a ser uma fonte de demanda, também desempenhando papel central no ajuste das contas externas da economia brasileira, nos períodos de adversidades externas. Nestes dois últimos anos, o desempenho das exportações tem recebido destaque até mesmo nos discursos do Presidente Lula, o qual, durante a campanha presidencial, afirmava a importância de priorizar o mercado interno como fonte de crescimento e de distribuição de renda.

Ao longo deste último ano, o noticiário econômico tem sido enfático nas boas notícias a respeito da economia brasileira. A queda acentuada do Risco-Brasil, o controle da inflação, a qual se está aproximando da meta estabelecida, os níveis recordes das exportações e do superávit da balança de transações correntes, com a conseqüente valorização da moeda nacional, e a retomada do crescimento do PIB em 2004 têm sido alguns dos indicadores exibidos diariamente nos meios de comunicação e enfatizados por alguns economistas como sinais da retomada do “crescimento sustentável” da economia brasileira. É claro que alguns problemas ainda persistem. As elevadas taxas de juros praticadas pelo Banco Central têm sido consideradas, pela maioria dos economistas, dos empresários, pela opinião pública em geral e pelos governantes, como sendo um dos principais problemas.

Diante desse quadro, uma considerável parcela da população brasileira continua alimentando a “esperança” que a levou às urnas em 2002, a despeito da crise política. Qualquer cenário prospectivo, no entanto, requer uma análise da trajetória que a economia brasileira tem percorrido ao longo dos últimos anos, e não somente no biênio 2004-05. Ou seja, tal perspectiva deve, necessariamente, ser construída a partir da análise da economia brasileira nos últimos tempos, a qual é um resultado de anos de decisões de política econômica e de ajustes aos diferentes cenários externos.

O objetivo do presente artigo é o de investigar, através do comportamento da demanda agregada da economia brasileira, algumas tendências e características do crescimento econômico brasileiro nos últimos 15 anos. Para tanto, far-se-á uso, basicamente, das informações trimestrais sobre o crescimento do PIB brasileiro. Argumenta-se que a economia brasileira se encontra num padrão de crescimento voltado essencialmente para o mercado externo em detrimento do mercado interno. Como poderá ser observado, tal padrão tem-se mantido nos

últimos anos, independentemente de quem tenha ocupado a Presidência da República, seja no Governo FHC, seja no de Lula. Verificar-se-á, ainda, que as exportações, por seu lado, têm sido incapazes de alavancar o crescimento do PIB, o qual têm apresentado modestas taxas de crescimento. Com isso, pretende-se demonstrar que se têm agravado alguns problemas de ordem estrutural na economia brasileira, os quais vão além do impacto das taxas de juros sobre as contas governamentais e sobre os investimentos.

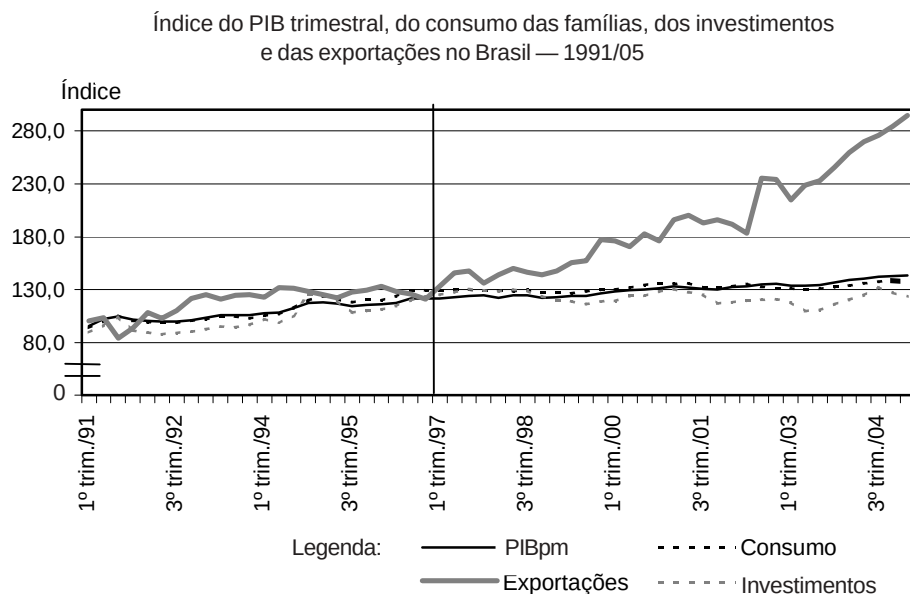
A economia brasileira sob a ótica da demanda

Segundo dados divulgados recentemente pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a economia brasileira apresentou, no primeiro trimestre de 2005, um crescimento de 2,8% no Produto Interno Bruto a preços de mercado, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Tal desempenho está ligeiramente acima da média de crescimento dos últimos anos. No entanto, analisando as taxas de crescimento anualizadas, constata-se que esse desempenho aponta uma desaceleração no crescimento, que se estava manifestando nos trimestres anteriores.

Como já vinha ocorrendo em outros trimestres, esse crescimento foi essencialmente alavancado pelas exportações. De fato, nesse primeiro trimestre, as exportações apresentaram uma taxa de crescimento de 13,6%, quando comparadas às do mesmo trimestre do ano anterior, enquanto o consumo das famílias e os investimentos apresentaram taxas de crescimento de 3,1% e 2,3% respectivamente.

O desempenho apresentado pela economia brasileira neste último trimestre insere-se dentro da lógica do seu movimento nos últimos oito anos. Ao se analisar a série histórica do PIB brasileiro (Gráfico 1), verifica-se claramente que, desde 1997, as exportações têm tido um crescimento muito acima do PIB, bem como do dos demais componentes da demanda agregada. Os dois anos que se seguiram à implantação do Plano Real apresentaram um comportamento das exportações que acompanhou o do mercado interno. De fato, o nível das exportações, em finais de 1996, era o mesmo do início de 1993, enquanto, nesse mesmo período, o consumo das famílias e os investimentos vinham numa trajetória crescente.

Gráfico 1



FONTE: CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2005.

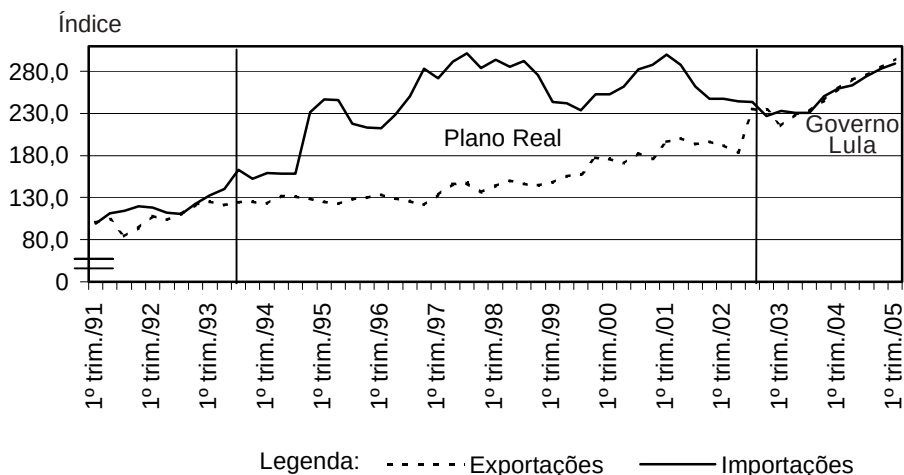
Esta última alterou-se significativamente após 1997. Se se desconsiderar o comportamento irregular da segunda metade de 1994 e do início de 1995, pode-se afirmar que os investimentos passaram a crescer desde a segunda metade de 1992 até o terceiro trimestre de 1997. A partir de então, eles apresentaram movimentos oscilatórios em torno de uma trajetória estacionária. De fato, no primeiro trimestre de 2005, o nível de investimentos na economia brasileira estava ligeiramente abaixo do do início de 1997. Fenômeno semelhante ocorreu com o consumo das famílias, o qual apresentou um modesto crescimento de 7,1% entre o primeiro trimestre de 1997 e o de 2005. Por sua vez, as exportações tiveram, nesse mesmo período, um crescimento de 121,0%, enquanto o PIB aumentou 18,1%. Ou seja, se esse crescimento das exportações, em parte, se deveu à modernização dos setores voltados ao mercado externo, fato que certamente repercutiu positivamente sobre os investimentos, deve-se ter presente que a recuperação de uma trajetória crescente dos investimentos irá

requerer medidas adicionais de política econômica. Somente essa maior inserção da economia brasileira no mercado externo não tem gerado um impacto suficiente para elevar o nível dos investimentos e, conseqüentemente, repô-la numa trajetória contínua de crescimento.

Essa expressiva diferença na evolução do setor externo, em relação à do mercado interno, torna-se ainda mais explícita, quando se incorpora à análise o desempenho das importações. Conforme se pode observar no Gráfico 2, desde a implantação do Plano Real até o último ano do Governo Fernando Henrique, os níveis das importações estiveram muito acima do das exportações. Tal trajetória foi o fundamento da insustentabilidade da política econômica adotada após a implementação do Plano Real. Conforme se verifica também no Gráfico 2, tal padrão de comércio internacional se alterou após o início do Governo Lula.

Gráfico 2

Índice de volume das exportações e importações do Brasil — 1991/05



FONTE: CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2005.

Associada a essa mudança de rumos da economia brasileira, ocorreu uma significativa redução na taxa média de crescimento do PIB, no período pós 1997, quando comparada à taxa média do período pré 1997. Na Tabela 1,

verifica-se que as taxas de crescimento mais elevadas estiveram associadas com períodos de crescimento acentuado do consumo e dos investimentos. Evidentemente, tal observação não implica desprezar as exportações enquanto uma fonte de crescimento da demanda. No entanto, fica claro que qualquer política econômica que tenha por objetivo o crescimento econômico se deverá voltar para o mercado interno.

Tabela 1

Taxas de crescimento do PIB e dos componentes da demanda agregada no Brasil, em períodos selecionados

(%)

PERÍODOS	PIBpm	CONSUMO	GOVERNO	INVESTIMENTOS	EXPORTAÇÃO
1990-04	2,51	2,25	1,60	1,68	7,42
1990-97	3,04	3,77	1,82	3,62	5,01
1997-04	1,98	0,75	1,39	-0,23	9,89

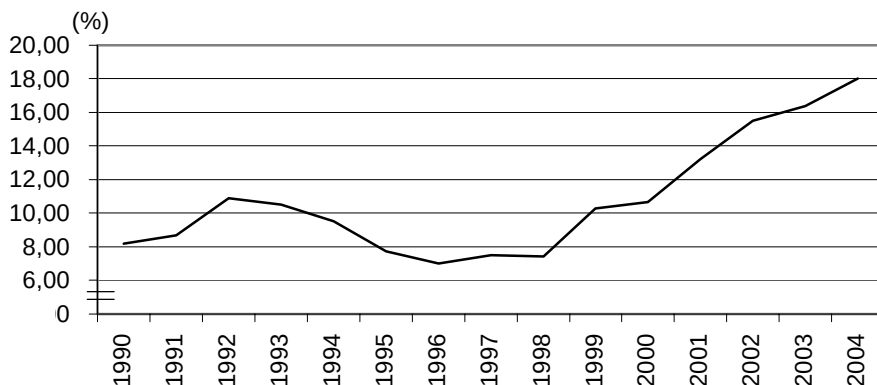
FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Como consequência dessas mudanças, verifica-se uma profunda alteração no coeficiente exportações/PIB, o qual passou de 8,2% em 1990 para 18,0% em 2004 (Gráfico 3). Se se agregarem as importações ao total das exportações, ter-se-á um coeficiente de abertura da economia brasileira de 31,4% do PIB em 2004. Esse mesmo coeficiente era de 15,2% em 1990.

A política econômica iniciada com o Plano Real possibilitou um crescimento do mercado interno apenas nos dois primeiros anos de vigência do Plano. Parece evidente que a sustentabilidade de um nível elevado das importações iria requerer, necessariamente, um aumento das exportações, o que passou a ocorrer significativamente a partir de 1997. Por outro lado, as elevadas taxas de juros atreladas tanto à política de âncora cambial como à de metas de inflação mantiveram o mercado interno praticamente estagnado. Assim, se tais políticas promoveram uma maior inserção da economia brasileira no cenário internacional, também é verdade que tal ocorreu em detrimento do mercado interno.

Gráfico 3

Participação das exportações no PIB brasileiro — 1990-04



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

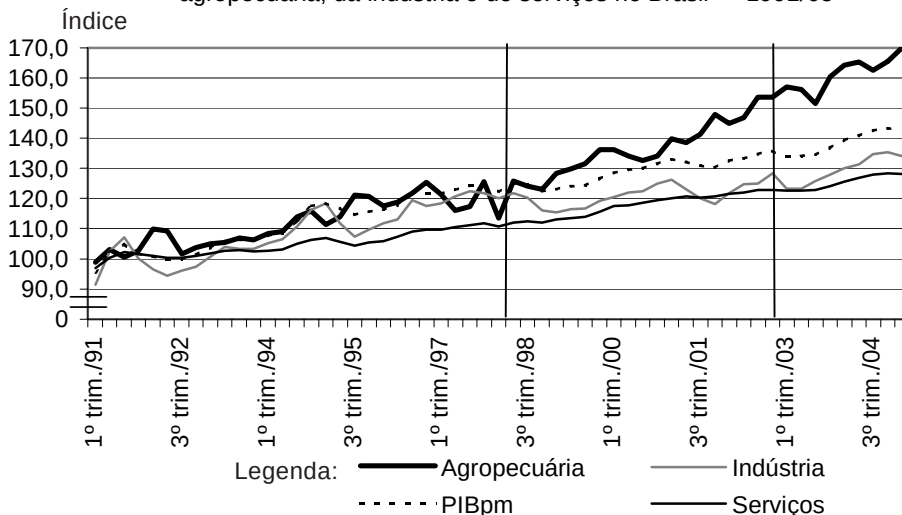
O desempenho setorial: a ótica da produção e do emprego

Se, por um lado, a inserção externa do Brasil se tem dado em detrimento do mercado interno, quando se analisa o desempenho do PIB em nível setorial, observa-se uma *performance* da agricultura muito acima da da indústria.

O Gráfico 4 ilustra o comportamento do índice do PIB real a preços de mercado no nível de setores de atividade. Através dele, verifica-se que, até o segundo semestre de 1998, todos os setores seguiam uma trajetória comum de crescimento. No entanto, a partir de então, a indústria brasileira praticamente estagnou até o segundo trimestre de 2003, enquanto a produção agropecuária continuou ascendente. De fato, o nível da produção industrial no terceiro trimestre de 2003 estava ligeiramente acima do do terceiro trimestre de 1997. Ou seja, a indústria brasileira esteve estagnada por cinco anos. A trajetória ascendente que se iniciou no segundo semestre de 2003, porém, parece ter sido interrompida nos dois últimos trimestres. Já o setor serviços apresenta oscilações bem menores, contudo o seu crescimento é induzido pelo desempenho dos outros dois setores, especialmente o da indústria.

Gráfico 4

Índice dessazonalizado do PIB trimestral e do valor adicionado bruto da agropecuária, da indústria e de serviços no Brasil — 1991/05



FONTE: CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS: Indicadores de volume. Rio de Janeiro: IBGE, jan./mar. 2005.

O desempenho da agropecuária, por sua vez, pode ser explicado pelo desempenho das exportações de produtos desse setor. De fato, quando se analisa a participação dos produtos da agropecuária no total das exportações brasileiras, verifica-se que esse percentual foi de 7,2% em 2004, contra 2,9% em 1995. Embora esses percentuais sejam reduzidos, é importante frisar que a participação alcançada em 2003 pelos produtos agropecuários, na pauta de exportações, foi a maior desde 1977.

Os dados analisados no Gráfico 4 remetem ao tipo de estrutura econômica que se está moldando no Brasil, desde 1997. Essencialmente, a economia brasileira entrou num padrão de crescimento voltado para o mercado externo e inseriu-se neste através de uma participação crescente de produtos agropecuários. Num contexto econômico global onde o desenvolvimento econômico depende cada vez mais dos avanços tecnológicos e onde os recursos naturais reduzem sua importância como insumos, uma trajetória como a que se está configurando pode trazer comprometimentos ainda maiores no futuro. Indo um pouco além, pode-se questionar sobre o tipo de inserção que

uma economia com essa *performance* poderá ter num mercado globalizado, na medida em que participa dele com produtos de baixo valor agregado.

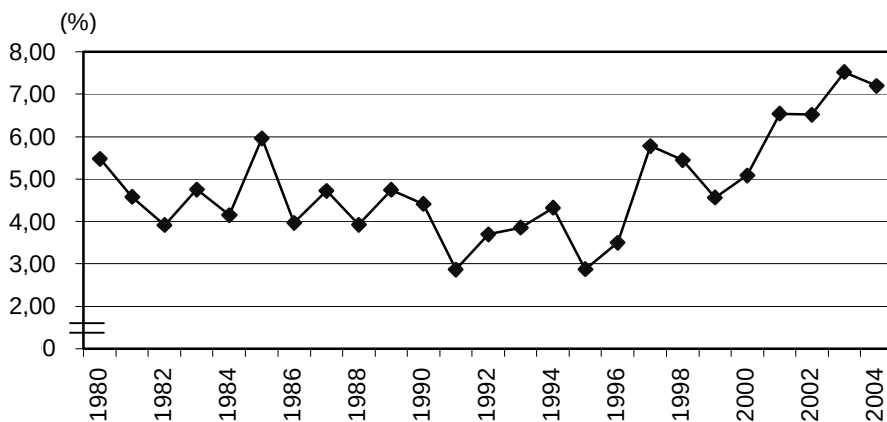
Outro aspecto a destacar nesse padrão de crescimento se refere à geração de empregos. Quando analisado o pessoal ocupado na agropecuária, verifica-se que o mesmo apresentou uma queda de 14,8% entre 1990 e 2003. Com isso, o setor reduziu sua participação no total do pessoal ocupado, que era de 25,5% em 1990, para 18,9% em 2003. Em valores absolutos, tal queda no emprego do setor representou uma redução de aproximadamente 2,2 milhões de trabalhadores. Muitos destes devem ter-se deslocado para as cidades, agravando o problema social urbano. Apesar dessa queda, o setor agropecuário continua sendo responsável por um percentual elevado de absorção do emprego. Para efeitos de comparação, convém ressaltar que o setor industrial, incluindo os serviços industriais de utilidade pública e a construção civil, era responsável, em 2003, por 19,0% do total do pessoal ocupado na economia brasileira. Ou seja, um percentual ligeiramente acima daquele do setor agropecuário. No entanto, da mesma forma que neste último, a queda na absorção de trabalho também ocorreu no setor industrial, porém em proporções menores. A queda no valor absoluto do pessoal ocupado somente não ocorreu em virtude do crescimento mais do que proporcional do emprego no setor serviços, o qual apresentou um acréscimo de 39,4% entre 1990 e 2003. Dentro do setor serviços, destacaram-se, na geração de emprego, essencialmente os subsetores vinculados ao mercado interno, a saber, comércio, serviços prestados às famílias e às empresas e os serviços privados não mercantis.

Dado esse cenário, não é de surpreender que a taxa de desemprego tenha mantido uma certa estabilidade — em torno de 12% — (Gráfico 6),¹ independentemente do grande crescimento do mercado externo e da produção agropecuária. Ou seja, a redução nas taxas de desemprego, quando ocorre, deve-se muito mais a questões conjunturais do que a alguma transformação estrutural da economia brasileira. Ou seja, tomando-se o agregado da economia, a estrutura de crescimento descrita acima está gerando um desemprego significativo na agropecuária e na indústria. Por outro lado, a geração de empregos no setor serviços tem sido insuficiente para absorver o crescimento da População Economicamente Ativa, fato que acaba se manifestando na taxa de desemprego global da economia.

¹ Em 2002, o IBGE implantou uma nova metodologia de cálculo do desemprego. Com isso, a série anterior ficou desativada. No presente artigo, optou-se pela apresentação somente desta última série, em detrimento de apresentar um período maior, mas defasado. As conclusões expostas no texto, no entanto, não seriam alteradas, no caso de se utilizar a análise da taxa de desemprego de todo o período.

Gráfico 5

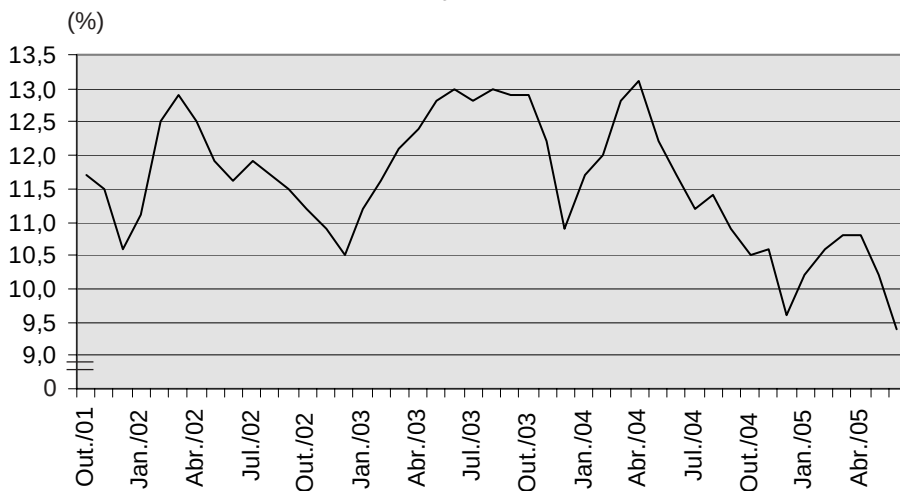
Participação da agropecuária no total das exportações
do Brasil — 1980-04



FONTE: Funcex.

Gráfico 6

Taxa de desocupação no Brasil — 2001/05



FONTE: IBGE.

Considerações finais

Qual deve ser o foco da política econômica ao tentar promover o crescimento econômico é uma questão divergente entre os economistas, se o mercado interno ou o externo. Ao se analisarem as distintas experiências históricas, ver-se-á que o primeiro foi o responsável pelo crescimento econômico dos EUA, enquanto o mercado externo exerceu papel determinante para o crescimento britânico desde a Primeira Revolução Industrial.

No caso específico da economia brasileira, os dados analisados acima parecem demonstrar alguns aspectos importantes. Em primeiro lugar, parece evidente que as exportações têm tido um impacto limitado em termos de crescimento do PIB. Se, por um lado, é evidente que as exportações estão puxando o pequeno crescimento do produto, por outro, também é verdade que esse crescimento não tem repercutido no mercado interno.

Em segundo lugar, analisando-se o comportamento da economia brasileira pela ótica da produção, observa-se que o setor agropecuário tem apresentado taxas de crescimento muito acima das dos demais setores. A baixa participação desse setor no PIB — 9,9% em 2003 —, no entanto, tem-se mostrado incapaz de colocar a economia brasileira numa trajetória de crescimento mais acentuada. Se, por um lado, o crescimento desse setor deve ser saudado como positivo — na medida em que a agropecuária tem-se tornado competitiva no mercado internacional, ao mesmo tempo em que atende ao mercado interno —, a qualidade da inserção da economia brasileira no cenário internacional deve ser considerada. Ou seja, sabidamente, os produtos da agropecuária são de baixo valor agregado, enquanto os países que mais se têm destacado no comércio internacional priorizam produtos intensivos em tecnologia e de elevado valor agregado. Evidentemente, o Brasil terá de fazer esforços enormes para aumentar seu grau de abertura ao exterior, caso continue com essa forma de inserção no mercado externo.

Em terceiro lugar, dada a preocupação dos responsáveis pela atual política com o controle inflacionário, não se deve ter a expectativa de que o padrão de crescimento analisado aqui sofra alguma alteração. A menos que a lucratividade do setor empresarial apresente significativos aumentos, não é de se esperar que os investimentos recuperem sua trajetória de crescimento com a atual taxa de juros.

Finalmente, numa economia marcada por profundas desigualdades distributivas e por profundos problemas sociais, outras questões devem ser consideradas nas decisões de política econômica. Uma dessas questões é o potencial gerador de emprego dos setores. De fato, os indicadores de emprego

demonstram que, apesar desse crescimento acentuado das exportações, a taxa de desemprego se tem mantido relativamente constante ao longo dos últimos anos, sendo muito mais afetada por questões conjunturais do que por alguma mudança de caráter estrutural. Como decorrência desse aspecto, é forçoso considerar que qualquer política de distribuição de renda se inviabilizará num padrão de crescimento como o que se tem apresentado nos últimos anos, na economia brasileira.